

Tratado <small>*Instrumentos ratificados pelo Brasil</small>	Ano (abertura para assinatura/ entrada em vigor)	Sistema	Protocolos adicionais <small>*Instrumentos ratificados pelo Brasil</small>	Mecanismos de monitoramento	Órgãos próprios	Observações
Pacto dos Direitos Civis e Políticos	1966/1976	Geral (direitos de 1ª geração)	1º: competência do Comitê de Direitos Humanos (1976). 2º: abolição da pena de morte (1989)	Relatórios estatais (texto do Pacto); comunicações interestatais (por cláusula facultativa); petição individual (por adesão ao 1º protocolo).	Comitê de Direitos Humanos	Brasil ratificou tratado em 1992 e protocolos adicionais em 2009.
Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	1966/1976	Geral (direitos de 2ª geração)	Estabelece o direito de comunicações individuais e de grupos para o Comitê de Direitos Econômicos da ONU (2013)	Relatórios estatais (texto do Pacto); petições individuais, medidas de urgência, comunicações interestatais e investigações <i>in loco</i> (por adesão ao protocolo)	Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (estabelecido pelo Conselho Econômico e Social da ONU)	Brasil ratificou o tratado em 1992, mas não ratificou o protocolo.
Convenção para Prevenção e Repressão do crime de Genocídio	1948/1951	Especial (proteção de minorias vulneráveis a atos genocidas)		Não estabeleceu sistema próprio de monitoramento.	Não estabeleceu sistema próprio de monitoramento.	1º instrumento a prever desde 1948 a criação de uma corte penal internacional para julgamento do crime de genocídio.
Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados	1951/1954	Especial (proteção para pessoas em situação de refúgio)	Estabelece a aplicação das provisões da Convenção sem limitação geográfica nem de tempo. Pode ser ratificado independentemente de adesão ao tratado principal (1967)	Não estabeleceu sistema próprio de monitoramento.	Não estabeleceu sistema próprio de monitoramento.	Brasil ratificou o tratado em 1960 e o protocolo em 1972.
Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação racial	1966/1969	Especial (proteção de minorias vulneráveis a discriminação racial)		Petições individuais (por cláusula facultativa); relatórios estatais; comunicações interestatais.	Comitê sobre a eliminação da discriminação racial	Brasil ratificou o tratado em 1968.
Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	1979/1981	Especial (proteção específica para pessoas do sexo feminino)	Estabelece o direito de comunicações individuais e de grupos para o Comitê CEDAW (2000)	Relatórios estatais (texto do tratado); petições individuais, investigações <i>in loco</i> (por adesão ao protocolo)	Comitê CEDAW	Brasil ratificou o tratado em 1984 e o protocolo em 2001.
Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes	1984/1987	Especial (proteção para pessoas vulneráveis à tortura)	Estabelece o dever dos Estados criarem Subcomitês nacionais para prevenção e combate à tortura (2006)	Petições individuais, relatórios estatais; comunicações interestatais.	Comitê contra a Tortura.	Brasil ratificou o tratado em 1985 e o protocolo em 2007.
Convenção dos Direitos da Criança	1989/1990	Especial (proteção para pessoas com menos de 18 anos)	1º: Estabelece o dever dos Estados adotarem medidas contra o envolvimento de menores de 18 anos em conflitos armados (2002). 2º: combate à exploração sexual infantil (2002) 3º: procedimentos de comunicação ao Comitê dos Direitos da Criança (2014)	Relatórios estatais.	Comitê sobre os Direitos da Criança	Brasil ratificou o tratado em 1990 e os protocolos em 2004 (1º e 2º) e 2017 (3º).
Convenção sobre os Direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias	1990/2003	Especial (proteção para pessoas em migração)		Relatórios estatais (texto do tratado); comunicações interestatais e petições individuais (por cláusula facultativa)	Comitê para Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes	Brasil não assinou nem ratificou.
Convenção dos Direitos da pessoa com deficiência	2006/2008	Especial (proteção para pessoas com deficiência)	Estabelece os procedimentos de comunicação ao Comitê sobre os direitos das pessoas com deficiência	Relatórios estatais.	Comitê para os direitos das pessoas com deficiência	Brasil ratificou o tratado e o protocolo em 2008.
Convenção para proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado	2006/2010	Especial (proteção para pessoas vulneráveis a desaparecimento forçado)		Relatórios estatais e medidas de urgência (texto do tratado); petição individual (por cláusula facultativa)..	Comitê contra desaparecimentos forçados (competência apenas para desaparecimentos ocorridos após a entrada em vigor da Convenção)	Brasil ratificou em 2010

